

Sumário

Prefácio – Uma Obra Diferente.....	1
<i>Airton Cerqueira-Leite Seelaender</i>	
Apresentação.....	3
<i>Reynaldo Soares da Fonseca</i>	
Introdução.....	9
1 O Caminho Histórico-Normativo do Direito Criança e do Adolescente	13
1.1 Uma Perspectiva Histórica do Conceito de Infância: um breve relato.....	13
1.2 Primeiras Iniciativas Assistenciais em Favor da Criança e do Adolescente no Brasil.....	24
1.3 A Doutrina Penal do Menor	37
1.4 O Juízo Privativo de Menores	44
1.5 O Código de Menores de 1927.....	52
1.6 É Instituída a FUNABEM	63
1.7 A Doutrina da Situação Irregular: o Código de Menores de 1979	68
1.7.1 O Menor em situação irregular	69
1.7.2 Os menores entre 18 e 21 anos.....	70
1.7.3 Medidas de caráter preventivo.....	70
2 A Doutrina da Proteção Integral e Seu Alcance Normativo.....	77
2.1 Compreendendo o Tema	77
2.2 A Convenção sobre os Direitos da Criança	89
2.3 A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.....	94
2.4 Os Princípios Constitucionais do Direito da Criança e do Adolescente.....	103

2.4.1 Princípio da prioridade absoluta.....	104
2.4.2 Princípio da proteção integral.....	106
2.4.3 Princípio do superior interesse	107
2.4.4 Princípio da cooperação.....	111
2.5 O Estatuto da Criança e do Adolescente: Norma Regulamentadora dos Avanços Normativos nas Esferas Internacional e Constitucional.....	112
2.5.1 A Doutrina da Proteção Integral	113
2.5.1.1 A Criança e o adolescente: sujeito de direitos	120
2.6 Os Princípios Positivados no Estatuto da Criança e do Adolescente.....	144
3 A Incidência da Doutrina da Proteção Integral no Direito Brasileiro	151
3.1 Uma Breve Introdução: como se Situam os Ramos do Direito sob o Olhar da Doutrina da Proteção Integral	151
3.2 O Código Civil – o Direito de Família: o Culto ao Castigo.....	152
3.2.1 Aspectos Relevantes: o Poder Doméstico	153
3.2.2 Castigo – Correção: uma Díade Equivocada	156
3.2.3 O Código Civil de 1916: uma Normatividade Equivocada? Ou Violadora?	159
3.2.4 Por uma Normatividade Não Violenta e Não Violadora.....	160
3.2.5 O Código Civil de 2002: a Violência Continuou Assentada na Norma.....	165
3.2.6 Pontos de “Incidência” do Direito da Criança e do Adolescente sobre o Direito de Família	171
3.3 A Lei “Menino Bernardo”	173
3.4 O Marco Legal da Primeira Infância	177
3.5 A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.....	189
3.5.1 A educação pela ótica constitucional: breves anotações.....	189
3.5.2 A educação sob a ótica do Estatuto da Criança e do Adolescente	194

3.5.3 A educação na ótica da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.....	196
3.6 A Lei da Escuta Especializada e do Depoimento Especial	205
3.7 O Marco Legal da Proteção de Dados	215
3.8 A Lei da Migração	226
4 A Incidência da Doutrina da Proteção Integral na Jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça – Junho de 2014 a Junho 2020	231
4.1 Situando o Tempo.....	231
4.2 O Marco Temporal/Conceitual da Pesquisa: a Lei “Menino Bernardo”	238
4.3 Jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça - STJ	242
4.3.1 Uma análise numérica dos acórdãos no período de junho de 2014 a novembro de 2020.....	242
4.3.2 Uma análise temática dos acórdãos no período de junho de 2014 a novembro de 2020	247
4.4 Algumas Anotações sobre a Fundamentação das Decisões.....	337
Conclusão	341
Referências	349